



SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

## **PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.225, de 2019, da Senadora Mara Gabrilli, que *dispõe sobre a criação de cadastro de voluntários para oferta de serviços e apoios às pessoas com perda de autonomia funcional ou em situação de dependência para o exercício de atividades básicas ou instrumentais da vida diária e aos seus cuidadores não remunerados ou atendentes pessoais não remunerados.*

Relator: Senador **ROMÁRIO**

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.225, de 2019, de autoria da Senadora Mara Gabrilli.

A proposição pretende alterar a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que *dispõe sobre a organização da Assistência Social*, acrescentando-lhe o art. 23-A. Tal dispositivo permite a criação, por território, de cadastro de voluntários, com dois objetivos. O primeiro é ofertar serviços e apoios às pessoas com perda de autonomia funcional ou em situação de dependência para o exercício de atividades básicas ou instrumentais da vida diária; o segundo é suprir intervalos de repouso, descanso, alimentação e necessidade de ausência temporária de cuidadores pessoais não remunerados ou atendentes pessoais não remunerados.

São modalidades de serviços e apoios voluntários a assistência doméstica, cuidados pessoais, manutenção residencial, provisão e preparação de refeições, acompanhamento em atividades dentro e fora da residência e transporte para atividades fora da residência.



Essas atividades constituem atividade não remunerada, que não geram vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim. Entretanto, o PL nº 1.225, de 2019, permite o ressarcimento das despesas que o prestador do serviço realizar, desde que autorizadas pela unidade governamental responsável.

O texto prevê, ainda, que o serviço ou apoio voluntário seja exercido mediante a celebração de termo entre o órgão governamental responsável pelos serviços e programas de assistência social, na respectiva esfera de governo, e o prestador do serviço ou apoio voluntário, em que deve constar o objeto e as condições de seu exercício, os direitos e responsabilidades das partes celebrantes.

Por fim, o projeto estabelece que a existência do cadastro de voluntários não desobriga o Poder Público da prestação de serviços socioassistenciais destinados às pessoas com perda de autonomia funcional ou em situação de dependência para o exercício de atividades básicas ou instrumentais da vida diária e do apoio aos seus cuidadores não remunerados ou atendentes pessoais não remunerados.

Na justificação do projeto, a autora argumenta que muitos países adotam um modelo de participação da sociedade nos cuidados voluntários com pessoas com deficiência ou idosas, com evidentes benefícios mútuos. Por esse motivo, a proposição prevê a possibilidade de criação do referido cadastro.

Depois de analisada por esta Comissão, a matéria seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça, que opinará de modo terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que digam respeito à proteção das pessoas com deficiência e dos idosos. É regimental, portanto, a análise da proposição por esta Comissão.

Em nossa opinião, é louvável a preocupação da autora do projeto com a assistência às pessoas com perda de autonomia funcional ou em situação de dependência de outrem para atividades básicas do cotidiano.



Atualmente, esses indivíduos são atendidos pela Política Nacional de Assistência Social por meio dos serviços de Proteção Social Básica no domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias e de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias.

Tais serviços representam um importante avanço do atendimento individualizado a pessoas com deficiência e a idosos, notadamente pela harmonia que guarda com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, recebida em nosso ordenamento com o *status* de norma constitucional, e pela Convenção Interamericana de Direitos dos Idosos, assinada pelo Brasil e em processo de ratificação.

A despeito dos avanços conquistados em âmbito socioassistencial, identificou-se uma oportunidade para aprimorar o conteúdo da Lei nº 8.742, de 1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social.

Nesse sentido, a proposição visa, entre outros aspectos, fazer um convite para que a sociedade contribua com os cuidados e a atenção a alguns de seus grupos mais vulneráveis. Além disso, permite uma interessante troca de experiências entre pessoas com histórias de vida muito diferentes, e abre uma oportunidade valiosa para o enriquecimento coletivo e para a transformação de nosso País em uma sociedade realmente diversa e plural.

### III – VOTO

Em razão dos argumentos expostos, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.225, de 2019.

Sala da Comissão,

Paulo Paim, Presidente CDH  
PT/RS

Romário, Relator  
PODEMOS/RJ

